



SGD: 2020/30559/046001

JUSTIFICATIVA 11/2020/SES/SADM/DAEES

Palmas, 16 de abril de 2020.

ASSUNTO: Justificativa para alteração dos itens de equipamentos constantes em propostas habilitadas dentro do prazo estabelecido pelo Art. 12 § 4º da Portaria GM/MS GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013.

A Gerência de Engenharia Clínica da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, setor técnico responsável pela gestão da tecnologia e dos equipamentos hospitalares, conduzindo o processo de aquisição dos mesmos desde o início, bem como responsável pelo recebimento e manutenção (preventiva e corretiva) e testes de aceitação dos equipamentos, procedeu a uma revisão sistemática no conjunto de propostas de recursos financeiros do Bloco de Investimentos no âmbito da Portaria GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013, alterada pela Portaria MS Nº 163, de 30 de janeiro de 2020, que estendeu o prazo de execução dos recursos financeiros até o dia 31 de dezembro de 2021, e consubstanciada pelo Art. 3º da **RESOLUÇÃO CIT Nº 22, DE 27 DE JULHO DE 2017, emite neste expediente os fundamentos para a utilização dos recursos disponíveis para aquisição de equipamento mais adequados à necessidade atual.**

Resolução CIT Nº 22, de 27 de julho de 2017:

[...]

Art. 3º No caso de frustração do diagnóstico de necessidade que ensejou a definição de um ou mais equipamentos inicialmente aprovados pelo Ministério da Saúde, o ente beneficiário poderá utilizar os recursos disponíveis para aquisição de equipamento ou material permanente mais adequado à necessidade atual, observando as seguintes condições:

I - O equipamento ou material permanente deverá constar na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes - RENEM;

II - Registrar no processo de aquisição os fundamentos normativos e a motivação que ensejaram a alteração dos equipamentos e materiais permanentes inicialmente aprovados pelo Ministério da Saúde;

III - É vedada a alteração destinada à aquisição de equipamentos com alocação condicionada a parâmetros populacionais e/ou de produção; e/ou associado a serviços de alta complexidade que requerem habilitação prévia do MS, e/ou exigem condições



especiais para funcionamento com insumos radioativos, a saber: equipamentos para TRS, mamógrafo, tomógrafo, ressonância magnética, equipamento para medicina nuclear (gama câmara, gama probe, PET CT), equipamentos para radioterapia e outros equipamentos que vierem a ter estabelecido critérios para a alocação.

[...]

Os recursos elencados serão redirecionados para aquisição dos equipamentos listados na tabela anexa, e não mais para aquisição dos equipamentos que ensejou a definição inicialmente aprovada pelo Ministério da Saúde, justificadamente pelo disposto a seguir:

- 1) A atual situação que o mundo enfrenta, requer um cuidado de suporte a vida nas unidades de saúde, evitando a mortalidade populacional;
- 2) Estes recursos serão extremamente úteis para a disponibilização de condições estruturais de atendimentos na rede pública de assistência hospitalar estadual, maior referência aos usuários do SUS no Estado do Tocantins, sobretudo, aos hospitais que realizam partos.
- 3) O Estado do Tocantins possui 18 hospitais estaduais, dos quais 07 realizam partos (HRAugustinópolis, HMDona Regina, HRGurupi, HRParaíso, HRMiracema, HRDianópolis e HMITia Dedé).
- 4) O exposto no Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pela COVID-19 (novo Coronavírus) - Codificação Brasileira de Desastre 1.5.1.1.0, e adota outras providências.

Esta Secretaria de Saúde, por meio da Gerência de Engenharia Clínica tomará as medidas de ciência a CIR e CIB, conforme estabelece o Art. 6º da Resolução CIT Nº 22, de 27 de julho de 2017 e de explicitar a comprovação da execução no Relatório Anual de Gestão (RAG), conforme estabelece o Art. 4º.

[...]

Art. 4º A alteração dos itens constantes na proposta habilitada não requer autorização prévia do Ministério da Saúde, devendo o ente executar dentro do prazo estabelecido pelo Art. 12 § 4º da Portaria GM/MS GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013, bem como observando a comprovação da execução no Relatório Anual de Gestão (RAG).

[...]

Art. 6º O gestor de saúde estadual, do Distrito Federal ou municipal encaminhará a alteração dos itens aprovados ou da unidade beneficiada para conhecimento à Comissão Intergestores Regional (CIR), à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou ao Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF).

[...]



Ante o exposto, seguem os autos para prosseguimento do feito.

LUIZ EDUARDO FREIRE BORGES

Gerente de Engenharia Clínica

ROSEMEIRE DUARTE TEODORO

Diretora de Arquitetura e Engenharia dos Estabelecimentos de Saúde

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI

Secretário de Estado da Saúde

TABELA

PROPOSTA 250531170001 / 12-050 – PORTARIA 2427/2012			R\$ 46.640,97
PROPOSTA 250531170001 / 12-007 – PORTARIA 1369/2012			R\$ 32.234,81
PROPOSTA 250531170001 / 12-023 – PORTARIA 2636/2012			R\$ 237.207,11
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL DE AUGUSTINÓPOLIS	2	R\$ 20.900,00	R\$ 41.800,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL DE PARAÍSO	2	R\$ 20.900,00	R\$ 41.800,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL DE GURUPÍ	3	R\$ 20.900,00	R\$ 62.700,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL DE MIRACEMA	1	R\$ 20.900,00	R\$ 20.900,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL DE DIANÓPOLIS	1	R\$ 20.900,00	R\$ 20.900,00
VALOR PARA HOSPITAL E MATERNIDADE DONA REGINA	4	R\$ 20.900,00	R\$ 83.600,00
VALOR PARA HOSPITAL MATERNO INFANTIL TIA DEDÉ	2	R\$ 20.900,00	R\$ 41.800,00
VALOR DA SOMA DAS 3 PROPOSTAS			R\$ 316.082,89
ABATIMENTO DO VALOR DA AQUISIÇÃO REDEFINIDA			R\$ 313.500,00
SALDO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES			R\$ 2.582,89